

Dívida interna: quase 50% do PIB.

A dívida interna federal em títulos apresenta um crescimento exponencial em 1987, da ordem de 12,2 pontos percentuais do PIB (Produto Interno Bruto). Entre dezembro de 1986 e outubro de 1987, ela evoluiu de 30% do PIB para 42,2% — ou seja, de Cz\$ 1,107 trilhão para Cz\$ 3,986 trilhões. O trimestre que registrou a dívida mais elevada, porém, foi o que se encerrou em junho, quando ela atingiu 47,9% do PIB. A maior parte da dívida fica no próprio Banco Central, já que os títulos não são colocados no mercado. Mas é crescente o percentual vendido ao setor privado: evoluiu de Cz\$ 253 bilhões em dezembro de 1986 para Cz\$ 1,184 trilhão em outubro — ou seja, de 6,8% para 12,5% do PIB.

A dívida federal evoluiu expressivamente nesta década — passou de cerca de 10% do PIB até 1980 para cerca de 20% em 83/84, evoluindo para 28,6% em 1985 e 30% em 1986.

Mais dívida, e mais déficit público. No conceito operacional, que exclui a correção monetária (inflação), as necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP) foram calculadas no primeiro semestre por conceituados analistas privados em 6,3% do PIB. Mas a dívida no conceito nominal é muito maior, chegando a 49,6% do PIB, contra 10,8% em 1986 e 27,5% em 1985. Os grandes devedores, em junho, eram o governo central e as empresas estatais.

O déficit operacional (sem correção monetária) foi o conceito empregado no período Figueiredo para discutir o programa de financiamento com o Fundo Monetário Internacional. Mas esse critério não é usado pelos outros países — já que o serviço da dívida pública é um elemento importante, e não desprezível, de qualquer déficit público. Retirar a inflação, o que não é feito pelas outras nações que calculam seus déficits, impede que se compare o déficit brasileiro com o déficit de outros países, como tem criticado o ex-presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber.

O déficit nominal chegando a quase 50% do PIB é certamente um dos mais elevados do mundo. E explica o crescimento substancial da dívida do governo nos últimos anos — a qual, por sua vez, alimenta os próprios déficits operacional e nominal.

Para financiar o déficit, o governo dispõe de três fontes: impostos, venda de títulos e emissão de moeda. Nesta década, usou mais a venda de títulos — de tal maneira que já controla, atualmente, cerca de 80% da poupança financeira (haveres financeiros não monetários), contra menos de 60% há uma década.

Além do aumento decorrente da realimentação pela dívida, o déficit público tem crescido por conta dos anos eleitorais (1982, 1986), nos quais os governos financiaram seus candidatos com empréstimos concedidos por intermédio dos bancos estaduais, cujo rombo ficou explicitado, este ano, em Cz\$ 240 bilhões — que os Estados pagarão a longo prazo. Em 1987, o déficit também foi acrescido com os aumentos reais de salários para o funcionalismo federal e para as empresas estatais, estimado em 50% acima da inflação. E, com mais inflação, cresce o déficit por conta de produtos cujos preços abaixo do IPC, caso do trigo. Na gestão Dornelles, o déficit aumentou em face da contenção dos preços das estatais (cujo prejuízo aumentou) e isto voltou a ocorrer neste semestre, caso dos combustíveis e do aço. A queima das reservas cambiais na gestão Fuaró também elevou o déficit deste ano: foi preciso vender mais títulos do governo para enxugar a moeda emitida, enquanto se recompunham parcialmente as reservas.

